



----- **Mandato 2013/2017** -----

----- **Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

----- **Ata Número Sessenta e Quatro** -----

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezassete reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista. -----

----- Às doze horas, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Preparação da 140ª reunião da AML (doc 1) -----
2. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 2) -----
3. Debate específico sobre a expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa – proposta do BE (doc 3) -----
4. Ajustamento do calendário (doc 4) -----
5. Outros assuntos-----

Ponto 1 – Preparação da 140ª reunião da AML (doc 1) -----

----- **A Senhora Presidente** deu início aos trabalhos com a preparação da 140ª reunião da Assembleia Municipal, referindo que tinha feito uma coisa mas que pretendia ver com os presentes, se todos estariam de acordo. -----

----- Referiu que o dia nove de maio, dia da 140ª reunião da Assembleia, era o último dia para resposta ao Tribunal Constitucional. Salientou que havia uma preparação de resposta do Departamento Jurídico, e que havia, igualmente, uma proposta do BE em sentido, absolutamente, oposto. -----

----- Como o último dia para resposta ao Tribunal Constitucional era o dia da 140ª reunião da Assembleia Municipal, entendeu, assim, colocar este tema antes do PAOD, desde que não houvesse objeção na Conferência de Representantes. -----

----- Fosse qual fosse a decisão da Assembleia, salientou que, ou se respondia, ou não. Mas deixar passar o prazo sem ser tomada uma decisão, parecia-lhe insensato. -----

----- Declarou que queria pedir a concordância de todos. -----

----- Referiu que, àquele assunto, foi dada uma vez e meia da grelha base, e que se alguém precisasse de mais tempo dar-se-ia compensações, porque, provavelmente, nem todos iriam falar e, se fosse necessário, logo se veria. -----

----- Referiu que havia um sentido de urgência, disse que até tinha pensado fazer a reunião mais cedo, ou convocá-la para aquele dia, mas isso seria mais complicado para a devida organização de todas as pessoas. -----



----- Informou que o Departamento Jurídico estava preparado, caso a Assembleia deliberasse responder, e estava preparado no sentido de enviar a resposta no dia seguinte, dia nove de maio do corrente, pois já não podia ser enviado em mão porque teria que ser até às quatro da tarde, mas podia ser enviado em *mail*, ou em fax, até à noite, portanto, o cumprimento do prazo estava garantido.-----

----- Afirmou que aquele era o ponto principal pelo qual tinha marcado a reunião naquele dia. -----

----- Em relação à votação daquelas propostas, assegurou que iria fazer a discussão conjunta, mas pensava que, pelo teor das propostas, teriam que votar, em primeiro lugar, a proposta do BE, não só porque tinha dado entrada nos serviços em primeiro lugar, mas, sobretudo, porque era uma proposta que invalidava a outra. Portanto, se se entendesse que era a proposta do BE que passava, não poderiam responder nada ao Tribunal Constitucional. -----

----- Avançou, dizendo que no Período Antes da Ordem do Dia, PAOD, tinham as intervenções habituais.-----

----- Referiu que o PSD tinha enviado uma série de moções. Falou com o Senhor Deputado Municipal Luís Newton, e as moções não eram moções, eram recomendações porque pediam à Assembleia para decidir coisas que tinham a ver com regulamentos que estavam em vigor e, por essa razão, classificou-as como recomendações porque não podiam decidir certas matérias relacionadas com os regulamentos municipais, sem decidir se iam alterar o regulamento, se não iam alterar o regulamento e, portanto, ia à Câmara, e a Câmara logo veria o que fazer. -----

----- Isto relativamente ao PAOD.-----

----- Relativamente às outras matérias, referiu que tinham a apreciação conjunta das contas, com os pareceres, tinha feito a apreciação conjunta das contas com a revisão orçamental porque, no fundo, estavam ligadas. Também, a revisão orçamental é dar destino ao saldo das contas que viesse a ser apurado.-----

----- Salientou que tinham, nos aditamentos, uma suspensão parcial e que tinha sido, relativamente, pacífica na 3ª Comissão Permanente. Era uma suspensão parcial das medidas preventivas do Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica, portanto, esclareceu que não tinha dado uma grelha muito grande porque por aquilo que tinha visto na 3ª Comissão Permanente não tinha sido uma grande discussão. Caso fosse necessário, daria uma grelha de tempo maior. -----

----- Depois, havendo tempo, tinham várias delegações de competências, primeiro, duas, depois, mais quatro, que iam no último aditamento. Todas tinham propostas no sentido de serem aprovadas.-----

----- Havia, igualmente, uma repartição de encargos.-----

----- Em relação às delegações de competências, a **Senhora Presidente** ressaltou que tinham um problema, numa delas, e que era a Proposta nº 143/CM/2017, na Recomendação nº 1/140, que foi retirada do parecer da comissão, o parecer da comissão dizia duas coisas: primeiro recomendava aquelas coisas que costumava recomendar, para



ser equitativo, mas depois tinha uma coisa que era alterar uma cláusula do contrato que não estava conforme o protocolo, portanto, isso já não era uma recomendação, isso era uma deliberação que teriam de tomar. -----

----- Assegurou que tinha junto, na recomendação, estava lá escrito recomendação e proposta de deliberação, mas estava a alertar para isso porque era só para corrigir a cláusula do contrato. Tinha vindo uma minuta antiga que criava limites temporais dificilmente cumpríveis. E, atualmente, nos novos protocolos, a Câmara já fazia limites temporais mais flexíveis. E, portanto, o que a 1ª e 5ª Comissões Permanentes pediam era que fizessem limites temporais mais flexíveis para que não ficasse a Junta de Freguesia prejudicada de não receber a transferência correspondente, porque os limites temporais não eram, exatamente, aqueles que, inicialmente, estavam previstos. Tinha sido aquilo que tinha interpretado da recomendação, e queria chamar a atenção dos presentes para aquela situação. -----

----- Relativamente à proposta nº 1/PAM/2017, clarificou que a proposta que tinha feito, não tinha colocado o parecer, ou seja, os elementos que o Departamento Jurídico tinha feito para responder ao Tribunal Constitucional. Não era isso que colocava à votação. Referiu que o que colocava à votação era se a autorizavam a enviar aquilo ao Tribunal Constitucional, porque o problema era que não iriam estar a votar uma coisa que se tratava de um documento técnico, feito pelo Departamento Jurídico, teriam era que votar a questão política, saber se a Assembleia confirmava a decisão que já tinha tomado, e se defendia, ou se a Assembleia não queria confirmar essa decisão e não pretendia defender-se. Foi aquela a razão pela qual tinha formulado a proposta, era naquele sentido. E, também, queria dar aquela explicação aos demais presentes. -----

----- Assegurou que os elementos que o Departamento Jurídico compilou, para responder, estavam anexos à proposta, faziam parte integrante mas, a questão de fundo era saber se a autorizavam Quem tinha sido notificada tinha sido a própria, a Presidente da Assembleia, nem sequer tinha sido a Câmara a ser notificada. Portanto pensava que, naquela matéria, a Câmara nem sequer tinha de intervir, a Câmara não tinha sido notificada, não tinha de intervir. Aludiu que ela própria é que tinha sido notificada, logo a decisão era da Assembleia. -----

----- Em relação ao Departamento Jurídico, disse que o mesmo tinha um entendimento que nem sequer tinha de ser colocado à Assembleia. Mas, entendeu o contrário, entendeu, aliás, com o apoio do seu gabinete jurídico, que deveria de colocar aquela situação à Assembleia. Tinha sido notificada mas a decisão de aprovação não tinha sido da própria, a decisão de aprovação era uma decisão do coletivo e, portanto, salientou que tinha de perguntar ao coletivo se a autorizavam a responder. Foi aquilo que entendeu fazer. -----

----- Evidentemente, não era aquele o entendimento do Departamento Jurídico, mas achou que não deveria de correr riscos, que não tinha legitimidade de tomar decisões em nome da Assembleia e, sobretudo, no caso de a Assembleia entender responder, não lhe passava pela cabeça, depois, o Tribunal Constitucional dizer que não tinha qualquer validade, a resposta, porque não estava legitimada pelo órgão. Portanto, queria evitar



aquele tipo de situações, preferia tratar das coisas nos conformes, a Assembleia era soberana, a Assembleia decidiria. -----

----- Perguntou se, sobre aquelas matérias, alguém queria usar da palavra?-----

----- Agradecia a compreensão de todos. -----

----- Seria daquela forma que decorreria a ordem de trabalhos. E pediu para que todos fizessem um esforço para estarem presentes logo, no início dos trabalhos pois a votação daquele primeiro ponto seria muito importante, e pedia para não haver falhas nas diferentes bancadas. -----

Ponto 2 – Lista de matérias e propostas pendentes (doc 2); -----

----- Quanto às matérias e propostas pendentes, **a Senhora Presidente** transmitiu que tinham entrado mais documentos, depois de ter feito aquela lista, mas teriam tempo de as apreciar, bastava ver aquelas que tinham entrado, entretanto, e que estavam pendentes. ----

----- Tinham um grande conjunto de petições pendentes; uma já tinha sido aprovada mas tinham sido os peticionários a pedirem para a atrasar. Entretanto, não tinha havido ocasião de dar continuidade, houve uma, ou duas, semanas em que não se realizou reunião mas, por outro lado, agendar uma reunião só com uma petição e duas propostas, também, não lhe pareceu ser o mais adequado uma vez que não tinha matéria suficiente, portanto, ficariam a aguardar para terem mais matéria para agendar.-----

----- Pediu às Comissões respetivas, responsáveis pelas petições, que dessem despacho às mesmas. -----

----- Achava que a 7ª Comissão Permanente, ainda, tinha uma visita para fazer, as outras ainda, tinham várias coisas, portanto, não dava para agendar para esta semana, nem provavelmente, para a semana seguinte, teriam que esperar mais duas semanas e, depois, agendavam todas de uma vez. Seria mais simpático ter uma sessão com várias petições. ----

----- Perguntou se algum Deputado queria dar alguma informação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão** ressaltou que relativamente à Petição nº 3/2017, por lapso, a mesma, não lhes tinha sido enviada. Só naquele dia é que tinham recebido e, já tinha uma reunião para aquele dia, com os peticionários. -----

----- **A Senhora Presidente** confirmou que já tinha chamado a atenção dos serviços do NAC, no sentido de saber por que razão tinha aquilo acontecido. -----

----- De todo o modo, tinha havido uma falha de comunicação, e a responsabilidade era do seu gabinete, naturalmente, por não ter feito chegar a comunicação em devida altura, pedia desculpa por tal lapso, sobretudo aos peticionários, porque a petição já tinha dado entrada em março, e tinha estado um mês e meio sem ter dado entrada no NAC. Não sabia se tinha parado no GAAM...-----

----- **A Senhora Chefe do GAAM, Dr.ª Cidália Marques**, referiu que tinha de corrigir a situação, pedia desculpa, às vezes podia acontecer de modo diferente, mas que naquela situação o Gabinete da Senhora Presidente não tinha qualquer responsabilidade face à situação. A responsabilidade da situação era do NAC e do próprio NAA, secretaria, portanto, tinha havido um desencontro em termos de informação. -----



----- **A Senhora Presidente** referiu que naquele caso, então, a responsabilidade era da Dr.^a Cidália Marques e que fizesse o favor de a assumir. Não tinha sido a Dr.^a Cidália que tinha tido a culpa, mas era a Dr.^a Cidália que coordenava o GAAM.-----

----- **A Senhora Chefe do GAAM, Dr.^a Cidália Marques**, confirmou, assumindo a sua responsabilidade naquela situação, e que estava reposta a verdade.-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que em algum sítio a petição tinha parado e não tinha sido no seu gabinete. Que por defeito, achava sempre que era o seu gabinete, por razões óbvias, achava que era a própria que tinha de superintender tudo o que se passava. Mas o que interessava era pedir desculpa aos peticionários e, por isso, solicitou ao Senhor Presidente da 8^a Comissão que pedisse desculpa aos peticionários pelo atraso, que tinha havido um lapso mas que estavam a analisar a situação.-----

----- Tinham, igualmente, uma matéria que estava pendente. A 3^a Comissão Permanente não tinha dado mais informação nenhuma acerca do relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa.-----

----- **A Segunda-Secretária, Deputada Municipal Margarida Saavedra** referiu que achava que o Presidente da 3^a Comissão Permanente já tinha feito um ofício a dizer que tinha tomado conhecimento e não queria levar a plenário. Tinha ideia que aquela informação já tinha sido dada, ali.-----

----- **A Senhora Presidente** afirmou que era obrigatório. Mas o problema não era aquele, o problema era que já tinha respondido ao ofício do Senhor Presidente da 3^a Comissão a dizer que era obrigatório ser apreciado pela Assembleia. Portanto, o assunto iria ser levado a plenário, ninguém propunha nada, eventualmente, a Mesa iria propor uma recomendação, ou não, mas, pelo menos, levar-se-ia a plenário para conhecimento. Tinha de ser apresentado, e a Assembleia tinha de tomar conhecimento. A Comissão apenas preparava o conhecimento à Assembleia, razão pela qual, ainda, não tinha agendado.-----

----- Referiu que tinham, também, um assunto que, ainda, não tinha sido agendado, e estava um bocado complicado, e que era o Plano de Pormenor da Matinha. Não sabia se havia informações mas precisariam de mais tempo, com toda a certeza.-----

----- **A Segunda-Secretária, Deputada Municipal Margarida Saavedra** respondeu que não precisavam de tempo. Estavam a aguardar que o Senhor Presidente da Câmara transmitisse uma data pois, já tinha combinado com o Senhor Presidente da 3^a Comissão e, há cerca de um mês e meio, tinha telefonado a dizer que não vinha. Depois, o Senhor Presidente da Câmara ficou de agendar uma nova data. Quando entendesse que era de agendar uma nova data, a 3^a Comissão Permanente estava pronta para reunir. Até lá, não podia fazer nada.-----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu à Senhora Segunda-Secretária. Assegurou que o seu gabinete, também, iria diligenciar com o Senhor Presidente da Câmara para ver se resolviam aquela questão. Como o Senhor Presidente tinha uma agenda muito preenchida, podia-lhe estar a escapar aquele assunto, e que o mesmo era muito importante e tinha que ser resolvido. Não podiam deixar aquele assunto atrasar por mais tempo.-----



----- Tinham, igualmente, o Plano de Dados Abertos para a Cidade de Lisboa e que estava na 2ª Comissão Permanente. Perguntou ao Senhor Presidente da 2ª Comissão Permanente se tinha alguma coisa a dizer. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos**, Presidente da 2ª Comissão Permanente, respondeu que já tinham ouvido o Senhor Vereador e estavam a ver que posição tomariam, porque o tema era muito complexo e muito vasto, e pouco preciso em relação ao concreto. Era mais uma notícia que estavam a fazer do que um tema para discussão, em Assembleia. Mas, iriam fazer um parecer sobre o assunto. -----

----- **A Senhora Presidente** anunciou que tinham um assunto que não estava muito atrasado, e que era o Projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, Proposta nº 162/CM/2017. Perguntou se a 4ª Comissão Permanente se tinha algo a dizer sobre o ponto de situação daquela proposta. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** referiu que em relação àquela proposta não tinha nada a dizer, mas que aproveitava o momento para levantar, mais uma vez, a questão do Regulamento do Arvoredado. Daquilo que se tinha apercebido da 4ª Comissão Permanente, a mesma não tinha estado a reunir, portanto... -----

----- **A Senhora Presidente** interrompeu dizendo que já falaria do assunto levantado pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, uma vez que se tratava de um tema que estava pendente e que iria ser abordado, ali.-----

----- Referiu as Normas Provisórias para o Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, que estava na 3ª Comissão Permanente. Se precisassem de mais tempo, não haveria grande problema. -----

----- **A Segunda-Secretária, Deputada Municipal Margarida Saavedra** respondeu que iriam ter uma audição com o Senhor Vereador Manuel Salgado, da próxima quarta-feira a oito dias. -----

----- **A Senhora Presidente** assegurou que iriam dar um pouco mais de tempo. -----

----- Sobre o assunto das alterações climáticas, pedia ao NAC para chamar a atenção da Senhora Presidente da 4ª Comissão Permanente, e que era a Proposta nº 162/CM/2017, a ver se o assunto era tratado, em definitivo. -----

----- Também, tinham dado entrada, posteriormente, as Propostas números 180/CM/2017 e 182/CM/2017, sobre o Programa da Renda Acessível. Tinha mandado baixar à 1ª Comissão e à 3ª Comissão, porque o programa envolvia, naturalmente, uma política de habitação teria que ir à 3ª Comissão Permanente, mas envolvia, também, concessão de edifícios da Câmara e, portanto, envolvia, igualmente, a Comissão de Finanças. Por isso, pediu às duas Comissões que se entendessem para fazer uma apreciação conjunta daquelas matérias. -----

----- A Senhora Vereadora tinha pedido urgência naquelas matérias para a abertura dos concursos, pois não podia abrir os concursos sem a deliberação da Assembleia, portanto, pedia alguma atenção sobre aquele assunto. Ainda, estavam no prazo. -----

----- Tinha dado entrada, também, mais uma delegação de competências que deveria terminar, na semana seguinte, a sua apreciação. Duas, aliás. E estavam indicadas como



propostas para entrarem. E tinham entrado na sexta-feira passada, a 118/CM/2017, e a 235/CM/2017, que mandou baixar; a 118/CM/2017, mandou baixar à 1ª Comissão Permanente, pois tratava-se de um acordo entre acionistas e a Comissão Liquidatária da EPUL, mas tinha, basicamente, a ver com a entrega de um prédio municipal e uma transferência de um lote de terreno, portanto, uma permuta. Assim, o assunto baixou à 1ª Comissão Permanente. Se entendessem que não deveria, apenas, baixar à 1ª Comissão, agradecia que sinalizassem isso, mesmo que não fosse naquele momento. -----

----- Depois, tinha dado entrada uma desafetação do domínio público para o domínio privado, era uma coisa pequena, e que foi encaminhada à 1ª Comissão. -----

----- O Mercado Municipal de Santos, também, já tinha dado entrada e tinha sido encaminhado à 1ª e 2ª Comissões, e tinha a ver com o Concurso Público que a Câmara queria lançar. Encontrava-se na sala o Senhor Vice-Presidente da Câmara que tinha aquele Pelouro, o qual confirmou que se tratava da adjudicação, além de que incluía uma concessão de exploração, portanto, tinha de ser apreciado pela 1ª Comissão e, na medida que envolvia mercados, a 2ª Comissão acompanhava, igualmente, aquela matéria. -----

----- A concessão envolvia, igualmente, a exploração do parque de estacionamento, mas como se tratava de um parque de estacionamento adjacente e que já lá estava, não era alteração de política nenhuma de estacionamento, sendo que entendia que não era necessário encaminhar o assunto à 8ª Comissão. Afirmou que fazia sentido a 1ª e a 2ª Comissão pronunciarem-se sobre o fundo da matéria que era, de facto, uma concessão de exploração daquele complexo, que envolvia o mercado e o parque. -----

----- Também tinha dado entrada mais um contrato de delegação de competências e as propostas de Alteração de Estatuto da CARRIS, ainda, não tinham entrado. Eram duas propostas, uma do Presidente da Câmara, outra do PCP, e aguardavam pela decisão que a Câmara iria tomar. Havia duas propostas que tinham sido aprovadas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** referiu que em relação aos Debates Temáticos e às outras matérias ao nível de propostas, e tinha a ver com uma proposta que não estava ali refletida, um assunto que tinha sido levantado na última Conferência de Representantes, sobre a Proposta nº 001/PCP/2017, que tinha sido aprovada por unanimidade, na Assembleia Municipal, e que tinha a ver com a alegada utilização de terrenos camarários na expansão do Hospital da Luz e que, aquela matéria em referência, fosse apreciada em sede de 3ª Comissão Permanente, e que fosse realizada uma visita ao local. -----

----- Uma vez que não tinha sido dado qualquer seguimento, tendo sido aquele assunto considerado matéria estruturante, em Conferência de Representantes, continuavam sem notícias sobre aquele assunto e, nem sequer, o mesmo, se encontrava na lista dos assuntos que ali, discutiam. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquela lista era referente às propostas que tinham, que já tinham ido a Plenário, e que estavam nas Comissões. Mas, seria importante que trouxessem ali o assunto para que pudessem ver, com o NAC, o que é que se passava com aquela proposta. -----



----- Perguntou ao Coordenador do NAC, Pedro Formosinho, se já tinha alguma informação sobre o assunto colocado.-----

----- **O Coordenador Pedro Formosinho Sanches**, respondeu que não tinha nenhuma informação acerca daquele assunto.-----

----- **A Senhora Presidente** pediu ao Coordenador do NAC que visse com o Presidente da 3ª Comissão Permanente e, com o seu gabinete, que preparasse um *email* a ser enviado ao Senhor Presidente da 3ª Comissão Permanente a perguntar do seguimento dado àquela proposta, tendo presente que era uma matéria estruturante. Para efeitos de convocatória, que fosse considerada a presença dos partidos não representados na 3ª Comissão.-----

----- Continuou, referindo que a situação dos debates temáticos era a seguinte:-----

----- Relativamente à proposta do Debate Temático da Habitação, disse a **Senhora Presidente** que tinha falado com a Senhora Vereadora Ana Paula Marques e que, a mesma, lhe tinha respondido que, tendo pendente ali para apreciação as propostas sobre a renda acessível, e estando, praticamente, o mandato no fim, que achava que era um tanto extemporâneo estarem a fazer, ainda, um debate temático. Pelo que solicitava aos Deputados Independentes que retirassem a proposta daquele debate temático, em particular.-----

----- Disse, igualmente, que tinham, também, o relatório final do Debate Temático que já estava pronto, o qual gostaria de agendar para fechar o assunto.-----

----- Informou que tinha sido retirada a proposta que estava pendente de se fazer o Debate Temático da Habitação. A proposta em apreço foi retirada. Reforçou que iriam fazê-lo a propósito da renda acessível e que, por conseguinte, toda a matéria sobre a habitação iria ser colocada, igualmente.-----

Ponto 3 – Debate específico sobre a expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa – proposta do BE (doc 3);-----

----- **A Senhora Presidente**, em relação aos debates específicos ou de atualidade, disse que havia uma proposta de debate específico do BE para a Extensão da Linha do Metro, sobre a qual gostaria de dar continuidade pois estavam em cima do acontecimento. Se fosse um debate de atualidade passaria logo à frente. Queria ver com todos a proposta apresentada pelo BE que, na prática, ocupava uma sessão inteira, o que achava que seria excessivo, era quase um debate temático, e o que o Regimento dizia era que se tratava de uma proposta da Mesa. Portanto, levava aquele assunto ali, para que fosse reformulado o formato que estava em anexo.-----

----- O BE propunha uma sessão com a abertura dos trabalhos, um painel com seis convidados, participação do público e dos eleitos municipais, e o encerramento dos trabalhos. Face à proposta do BE, a **Senhora Presidente** informou que nos debates específicos não havia intervenção do público. Nos debates específicos podiam convidar pessoas para falar mas depois, era a Assembleia que discutia. Os debates temáticos é que tinham a participação do público.-----

----- Assim, sugeriu que fizessem aquele modelo, sem a participação do público, naturalmente, que o público poderia assistir, e sugeriu que não convidassem tanta gente.



Poderiam convidar um Representante do Metro, um Representante dos trabalhadores, um, ou dois, especialistas. -----

----- Quanto à Câmara, não era necessário que, a mesma, estivesse na Mesa uma vez que era uma sessão da Assembleia, a Câmara tinha o seu tempo próprio para falar, bem como os Deputados tinham, igualmente, o seu tempo próprio.-----

----- Sugeria, assim, se o BE estivesse de acordo, e os restantes partidos, também, tinham uma Mesa com quatro convidados, retiravam a Câmara, e tinham quatro convidados; Metro, trabalhadores e mais dois convidados, e solicitou que dessem dois nomes de especialistas na matéria, com visões opostas, seria o ideal, e tentariam agendar aquele debate, rapidamente. -----

----- Se achassem bem, fariam, então, daquela forma, com um formato mais simplificado, o que significava que a iniciativa iria durar, sensivelmente, duas horas, por exemplo. Depois, ainda, tinham tempo, na sessão, para que fossem vistas outras matérias.-----

----- Havia, igualmente, um outro debate específico pendente, e que iria ser feito a seguir, e que era o Plano de Desenvolvimento Social. Referiu que achava que aquele debate poderia ser um debate de atualidade porque não iam ouvir muita gente, pois não existia grande polémica relativamente à questão. -----

----- Tratava-se de levar à Assembleia Municipal um Plano de Desenvolvimento Social aprovado pela Rede Social de Lisboa, com cerca de quatrocentas e muitas entidades, e que foi liderado pela Câmara, tinha sido a Câmara a produzir o plano, mais propriamente, os serviços da Câmara, da Dr.^a Teresa Craveiro, produziram o plano, e entendiam que a Assembleia Municipal, que era o órgão, nos termos da lei, que tinha competência para aprovar planos, devia de tomar conhecimento daquilo. A lei específica da Rede Social não previa que aqueles planos fossem à Assembleia Municipal, mas podiam, através de uma modalidade daquelas, levar o assunto, ali. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** referiu que a 6.^a Comissão Permanente apenas aguardava a data de agendamento do Plano de Desenvolvimento Social para que, também, dentro da própria Comissão, pudesse ser debatido.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que achava que poderiam colocá-lo, então, como um debate específico, com um formato simples. Viria alguém da Câmara, naquele caso, da equipa que produziu o plano, fazer a apresentação do mesmo, o Vereador responsável era o Vereador João Afonso. Podia ser convidada, se entendessem, a Rede Social de Lisboa que era representada por três entidades; a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia e a Segurança Social. Portanto, poderiam convidar, da parte da Câmara, a equipa da Dr.^a Teresa Craveiro, convidar alguém da Santa Casa e alguém da Segurança Social, a fim de se pronunciarem. -----

----- Sabia que o Plano era muito ambicioso, tinha dado muito trabalho, e achava ser importante que a Assembleia acompanhasse tudo aquilo.-----

----- Grande parte da ação social da Câmara não passava pela Câmara, passava pela Rede Social de Lisboa que tinha outros financiamentos, outros recursos e outros parceiros. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** perguntou se havia alguma ideia quanto à data de realização daquele debate sobre o Plano de Desenvolvimento Social. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que logo a seguir, assim que houvesse uma oportunidade de agendar aquele debate. O primeiro seria o do Metro devido à polémica que já se fazia sentir. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Social não havia polémica. Tratava-se de um assunto importantíssimo, mas não existia, propriamente, divisão de opiniões. Portanto, iria dar prioridade àquele em que exista polémica, e far-se-ia o outro logo de seguida. -----

----- Continuou salientando que não se tinha esquecido da intenção de se fazer um debate de atualidade sobre a saúde, e aguardava que o Senhor Vereador tivesse já indicações do Ministério para que pudessem fazer o referido debate. Eventualmente, seria um debate de atualidade. Logo veriam. A informação que tinha da equipa que estava a preparar tudo, era que, a mesma, tinha tudo pronto, inclusive a carta de equipamentos, faltava a parte da rede hospitalar. Portanto, iriam continuar a pressionar. -----

----- Avisou o Senhor Deputado que caso não conseguissem a resposta que tinham ficado de enviar, até ao final de abril, e já estavam em maio, iria questionar o Ministro para mandar a resposta. Era importante, terem a informação do Governo. Não o fariam só com a informação da Câmara. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Santos Silva** referiu que, relativamente àquela matéria, gostaria de dar uma notícia que não era total porque, ainda, não tinham apresentado a proposta. Achava que os cuidados primários de saúde, independente do hospitalar, seria interessante um debate temático sobre aquela matéria, e que seria importante com a participação da população. Estava a falar dos cuidados primários, dos Centros de Saúde, dos catorze e dos dezasseis do Governo, acordados com a Câmara. -----

----- Os cuidados primários na Cidade de Lisboa, que era o município com piores instalações ao nível nacional, pior município, merecia um debate com a participação da população e dos representantes das freguesias e, por isso, uma versão de debate aberto, mais do que a apresentação do trabalho excelente dos profissionais de carteira que faziam, bem sentadinhos, bem sossegadinhos, mas longe da realidade vivida pelas pessoas. -----

----- Referiu que era intenção do PCP realizar um debate temático aberto ao público na versão antiga, de uma sessão somente, mas com o convite, feito pela Senhora Presidente, para que todo o público, se assim o entendesse, estivesse presente para intervir. Portanto, mais do que ouvir, somente, a discussão de técnicos. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que achava aquela proposta relevante. Havia muita gente envolvida na questão em apreço, a Comissão de Utentes, as Juntas de Freguesia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Santos Silva** continuou, dizendo que apesar do atraso ser grande em relação aos hospitais, era verdade que, ainda, não estava resolvido. Achava que o tema dos cuidados primários já era tempo, já estava cansado de não haver uma discussão pública sobre o tema. -----



----- **A Senhora Presidente** referiu que ficava à espera de uma proposta. Os debates temáticos não eram proposta da Mesa, eram proposta dos Grupos Municipais e, portanto, ficaria à espera que fizessem uma proposta com o formato para que pudessem encaixar isso nos trabalhos conjuntos.-----

----- Quanto à outra matéria que tinha pendente, e que era importante, era a questão da adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais. Já tinha a proposta preparada mas não a tinha agendado porque, a mesma, não tinha sido distribuída por todos, mas já tinha dado indicações ao gabinete para fazer circular a referida proposta por todos, no sentido de saber se achavam bem que fosse agendada. No fundo, teriam que tomar duas decisões; ratificar os estatutos e, em segundo lugar, aprovar a adesão da Assembleia Municipal de Lisboa, através da pessoa da sua Presidente. E, depois, naturalmente, com as eleições locais, será substituído pelos novos órgãos que viessem a ser eleitos. -----

----- Referiu que a Associação Nacional de Assembleias Municipais estava a funcionar com órgãos provisórios até que houvesse novas eleições e todos os órgãos tivessem a sua legitimidade. Também tinham, mas estavam em final de mandato.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** afirmou que pretendia fazer uma sugestão, que o agendamento do debate referente ao Plano de Desenvolvimento Social ficasse apontado para o dia trinta de maio.-----

Ponto 4 – Ajustamento do calendário (doc 4);-----

----- **A Senhora Presidente** pediu que todos consultassem o calendário para que pudessem verificar que tinha colocado o mesmo no fim para que pudesse encaixar tudo. --

----- Portanto, as alterações que estavam a verificar e que diziam respeito à reunião de nove de maio, teria de ser sessão ordinária por causa das contas. Depois, no dia dezasseis, tinha colocado um debate específico, portanto, estava a pensar, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Casimiro, do BE, colocar, naquele dia, o debate do Metro, e se quisessem indicar nomes durante aquela semana, seria o ideal porque para terem pessoas a intervir, teria que ser com alguma antecedência, para que as pessoas organizassem as suas agendas.

----- No dia vinte e três de maio, achava que seria possível encaixar petições e perguntas à Câmara. No geral, as sessões de perguntas à Câmara não tinham mais assunto, mas achava que seria possível encaixar as petições no início dos trabalhos, tudo numa sessão. Se estivessem prontas, avançavam dia vinte e três de maio. -----

----- Depois, tinham a sessão das Declarações Políticas. O critério era fazer declarações políticas todos os meses, exceto quando havia sessão ordinária porque a sessão ordinária já tinha aquela parte da Informação Escrita do Presidente que, na prática, permitia, igualmente, tomadas de posição. Mas, se entendessem que não era necessário fazer declarações políticas, logo se veria. Estavam em fim de mandato e entendia que poder-se-ia fazer, mais uma vez, declarações políticas. Em junho não haveria, devido ao feriado e à sessão ordinária de junho, sendo que as últimas declarações políticas iriam realizar-se na última semana de julho, para fecho porque, em setembro, já só iriam ter uma sessão ordinária.-----



----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** disse que julgava ser possível encaixar no dia trinta de maio as declarações políticas e o debate específico já que, aquele, era um debate que não ocupava toda a sessão. -----

----- **A Senhora Presidente** confirmou que seria possível realizar o debate específico sobre o Plano de Desenvolvimento Social, se entendessem que caberia na ordem de trabalhos da sessão do dia trinta de maio, as petições que estivessem prontas, também não era muito tempo, o debate sobre o Desenvolvimento Social, e depois teriam o resto da tarde toda para as declarações políticas. Julgava que seria possível encaixar todos aqueles assuntos. -----

----- Referiu que ficava à espera da proposta do Senhor Deputado para verem, em junho/julho, a questão e o que é que poderiam fazer. Sendo que a primeira quinzena de junho tinham o problema dos feriados, havia uma semana de junho que, praticamente, não valia a pena contar muito com ela. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** solicitou a passagem da sua presença da 8ª Comissão Permanente para a 1ª Comissão Permanente, a substituição da Comissão. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que não tinha problema. Que fizesse chegar o *email* e que essa alteração seria feita, não tinha problema algum. Pediu que o *email* lhe fosse enviado para, posteriormente, ser colocado no *site*. -----

----- Quanto ao Regulamento do Arvoredo, afirmou que aquele era um assunto que deveria estar nas questões pendentes e que foi falha sua o facto de não estar. -----

----- Tinha falado com a Deputada Municipal Sofia Cordeiro, tendo-lhe pedido uma reunião conjunta da 4ª e da 5ª Comissões Permanentes, já que, aquele assunto, tinha ficado pendente por deliberação da Assembleia Municipal devido a questões suscitadas por Presidentes de Junta. Assim, os Presidentes de Junta tinham de ser chamados, através da 5ª Comissão Permanente, para se pronunciarem sobre aquela matéria. Pediu uma reunião conjunta de ambas as comissões, tinha pedido ao Pedro Formosinho para lembrar as 4ª e 5ª Comissões, de uma reunião conjunta sobre o Regulamento do Arvoredo, e com a sua presença. Pretendia estar presente uma vez que desejava propor uma metodologia e que era a metodologia que seguiam na Assembleia da República, a qual achava que servia, perfeitamente. -----

----- O assunto tinha baixado à 4ª Comissão Permanente, sem votação. O passo seguinte, e não se tinha tomado, ainda, e devia ter sido dizer a todos os Senhores Deputados que tinham um determinado tempo para apresentarem propostas de alteração ao regulamento, sendo que, depois, a comissão apreciava e, depois de apreciadas as propostas, se a comissão as assumisse e as aprovasse, apresentava-as como propostas da comissão, tratando-se de alterações ao regulamento. Se a comissão não as apreciasse, os partidos proponentes apresentavam-nas nessa qualidade, e agendava-se, em plenário, as propostas todas de especialidade que tivessem pendentes, eram votadas e o regulamento ficava aprovado com a redação que a Assembleia lhe desse. -----



----- A Câmara tinha entendido não retirar a proposta. Disse que tinha perguntado à Câmara se pretendia reformular a proposta, e a Câmara respondeu que não pretendia porque a dificuldade tinha sido suscitada na Assembleia, e não na Câmara, pelo que não pretendia reformular a proposta.-----

----- **A Senhora Presidente**, continuou, afirmando que a Assembleia tinha poder para alterar o regulamento e, portanto, faziam-no como um processo legislativo normal e que era; as comissões faziam uma apreciação, havia um prazo para todos enviarem propostas de alteração na especialidade, conforme o articulado no Regimento, e no fim desse prazo, seria votada. E, assim, fechavam o assunto. E pretendia fechar o assunto neste mandato. Não queria deixar o mesmo pendente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** referiu que aquele assunto era tanto mais grave quanto embocava numa situação que já tinham referido desde a primeira sessão, e que era a sua opinião de inconstitucionalidade da questão. Achava que aquilo era totalmente, inaceitável, o que se estava a passar relativamente ao Regulamento do Arvoredos. Referiu que, ainda, tinham de passar a vergonha de a população estar a fazer uma petição para chamarem a atenção de que não tinham tratado do Regulamento do Arvoredos. A petição tinha dado entrada, já tinha passado do número de assinaturas necessárias. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a boa notícia era a seguinte; relativamente à questão do Deputado Miguel Santos, sobre a eventual inconstitucionalidade da lei orgânica que definia a composição das Assembleias Municipais, era um assunto que a própria Associação de Assembleias Municipais estava disposta a encabeçar e a discutir em futura alteração da lei porque havia muitas pessoas, pelo país fora, que pensavam, exatamente, o mesmo que o Senhor Deputado pensava. -----

----- Os Deputados Municipais, as Assembleias Municipais não podiam questionar, diretamente, o Tribunal, só através do Provedor de Justiça. Mas, evidentemente, se houvesse um debate sério em todo o país, nas Assembleias Municipais, sobre aquela matéria, o assunto acabaria por ser suscitado, quer em sede legislativa, quer em sede de constitucionalidade. As únicas entidades que podiam enviar coisas para o Tribunal Constitucional eram; o Provedor de Justiça, e um número de Deputados, e portanto, só se houvesse uma sentença em Tribunal, o que não acontecia, essa então, também, poderia ser enviada, mas seria assim, e pensava que já não seria naquele mandato, nem para as próximas eleições, mas aquela seria uma matéria profundamente discutida e que, devidas opiniões, e no próximo mandato, aquele assunto teria de ser discutido a fundo porque havia muitas pessoas que entendiam o que o Senhor Deputado Miguel Santos dizia, que distorcia a proporcionalidade das Assembleias, a circunstância. Havia pessoas que entendiam que seria útil os Presidentes de Junta estarem, havia pessoas que entendiam que os Presidentes de Junta deviam de estar mas não deviam ter o direito de voto em certas matérias. Havia base para discutirem aquele assunto. -----

----- A outra coisa que pretendia dizer era que a primeira iniciativa da Associação das Assembleias Municipais junto de entidades que pudessem suscitar o problema junto do



Tribunal Constitucional, iria ser a eventual inconstitucionalidade da própria Lei nº 75/2013, que fixava as competências das Assembleias Municipais porque não permitia, às Assembleias Municipais, que eram o órgão deliberativo em termos constitucionais, alterarem o Orçamento e o Plano, não lhes permitia alterar uma coisa que eram elas a aprovar. Só podiam aprovar aquilo como estava. E havia quem entendia, o próprio Vice-presidente da Assembleia, Jorge Lacão, que era especialista naquela área sobre o poder local, considerava que aquela disposição era inconstitucional. -----

----- Tinha de ter um formalismo e, provavelmente, era o que iria acontecer e, também, para isso era bom que aquela Associação das Assembleias funcionasse porque, assim, eram mais pessoas a levantar o problema, e não serem, somente, os próprios, vozes isoladas, a levantarem aquele problema. -----

----- Ressalvou, ainda, sobre o Regulamento do Arvoredo, tinha vindo um parecer o qual tinha enviado para a 4ª Comissão Permanente, um parecer de um Professor de Direito, Professor Carlos, e não se recordava do resto do nome, um parecer que estava muito bem feito, precisamente, sobre o problema entre os Regulamentos Municipais e Regulamentos de Freguesia. Tratava-se de um professor independente. -----

----- Afirmou que tinha enviado o parecer para a Deputada Municipal Sofia Cordeiro para dar conhecimento aos membros da 4ª Comissão Permanente. Não sabia se tinha sido dado conhecimento. Se não tinha chegado aos conhecimento de todos, então seria melhor mandar distribuir por todos os Deputados Municipais porque, assim, tinham a certeza que ficariam todos a saber. -----

----- Várias pessoas, nomeadamente, do Grupo Municipal do PSD, que dizia que era necessário pedir mais pareceres, e achava que aquele parecer, no seu ponto de vista, o homem era uma pessoa completamente, insuspeito, era de uma área política completamente, oposta à sua, portanto, estava completamente, à vontade. O parecer era muito bem fundamentado e, portanto, tendo em conta o parecer interno que tinham, e o parecer externo de um distinto Professor de Direito Constitucional, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com isto, aquele problema de que tinham de pedir mais um parecer, ficava ultrapassado, na sua opinião, pelo que podiam avançar com base nos pareceres. Até poderiam pedir ao professor que ali fosse, falar com as Comissões e ajudar a resolver aquela questão. -----

----- **A Senhora Deputada Cláudia Madeira** referiu que, além daquela questão do arvoredo, também, colocava aquela questão da Assembleia Municipal Jovem, porque a Senhora Presidente da 7ª Comissão tinha dito que não tinha tido conhecimento que tivesse sido encaminhada a proposta. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que a proposta a que se referia tinha sido reencaminhada. Confirmou que iria proceder à segunda via daquele reencaminhamento, com pedido expresso de enviar a todos os membros da 7ª Comissão Permanente. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

1. Preparação da 140ª reunião da AML (doc 1)-----



2. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 2) -----

3. Debate específico sobre a expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa – proposta do BE (doc 3) -----

4. Ajustamento do calendário (doc 4) -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____